

Ofício Gabinete nº 129/2016

Araucária, 12 de julho de 2016.

Excelentíssimo Senhor

**WILSON ROBERTO DAVID MOTA**

DD. Presidente da Câmara Municipal de Araucária

Câmara Municipal de Araucária

Araucária/PR

**Assunto:** Projeto de Lei 1.884 – “Altera a redação do *caput*, do art. 58, da Lei Municipal nº 1.703/2006, e dá outras providências.”.

Senhor Presidente:

Encaminha-se à Vossa Excelência e demais pares dessa Egrégia Casa Legislativa, para apreciação, análise, discussão e posterior aprovação, nos termos do art. 42 da Lei Orgânica do Município de Araucária, o **Projeto de Lei nº 1.884/2016**, que altera a redação do *caput*, do art. 58 da Lei Municipal nº 1.703/2006, com fulcro no art. 61, da Constituição Federal, art. 10, 41 e 56 da Lei Orgânica Municipal.

Tal solicitação tem a finalidade alterar a redação do *caput* do artigo 58 da Lei Municipal 1.703/2006, que inicialmente ao ser criada possuía o entendimento de que para exercer o cargo de chefia, assessoramento, direção ou coordenação, o servidor deveria ser estável, como uma forma de garantir seu preparo e capacidade para exercer a atividade destinada.

Todavia, entende-se que esta forma de pensar encontra-se equivocada, pois a capacidade laboral do servidor não se deve medir pelo tempo de serviço, mas sim pela sua capacitação na área em que atua.

Não menos importante, é o fato de que o município vem perdendo muitos bons profissionais durante o período de seu estágio probatório devido aos baixos salários oferecidos pela Municipalidade frente a outros concursos públicos. Profissionais estes que por falta de possibilidade de melhora de salário dentro do Município buscam concursos alternativos para suas carreiras e acabam por abandonar a municipalidade, causando desta forma um déficit em mão de obra especializada em determinadas áreas dentro do município.

Desta forma, o presente Projeto de Lei não tem apenas a finalidade de corrigir o entendimento equivocado de que para ter capacidade laboral precisa ter tempo de serviço no município, mas também a de possibilitar aos servidores em estágio probatório a possibilidade de melhorar seus salários sem ter a necessidade de abandonar o Município para isso.

Assim, solicita-se que Vossa Excelência e demais vereadores que compõem essa Câmara Municipal, apreciem e votem o Projeto de Lei na forma estabelecida no artigo 42, § 1º da Lei Orgânica do Município de Araucária.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência e aos demais componentes dessa Egrégia Casa Legislativa, nossa estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA**  
Prefeito Municipal

**PROJETO DE LEI Nº 1.884/2016**

**Súmula:** “Altera a redação do caput, do art. 58, da Lei Municipal nº 1.703/2006, e dá outras providências.”

**Art. 1º.** A redação do caput, do art. 58, da Lei Municipal nº 1.703, de 11 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 58. A função gratificada é uma vantagem acessória ao vencimento do servidor efetivo, atribuída pelo exercício de encargos de chefia, assessoramento, direção ou coordenação, e outros para cujo desempenho não justifique a criação de cargo em comissão, conforme o disposto no Anexo I desta lei”.

(...)

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Araucária, 12 de julho de 2016.

  
**OLIZANDRO JOSE FERREIRA**  
Prefeito Municipal